

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMITÊ GESTOR DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR - CGASS
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e dez, às 9h30min, no Salão Nobre, situado no 9º andar do Bloco K, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, deu-se início aos trabalhos da 12ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor, encontrando-se presentes: Sérgio Antonio Martins Carneiro – Titular e Sônia Maria Silva Borges - Suplente representantes do Ministério do Planejamento – Danilo Piva - Suplente, representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Maria Concebida de Carvalho Santana - Suplente, representante do Ministério da Educação; Elzira Maria do Espírito Santo – Titular, representante do Ministério da Saúde; Vilma Ramos – Titular, representante do Ministério da Previdência Social; Fátima Rodrigues Guimarães – Titular e Fabiano Garcia Vanderlinde - Suplente, representantes do Ministério da Justiça; Valéria Selva Bueno – Suplente, representante do Ministério da Fazenda. Presentes ainda à reunião os senhores (as) Marcia Masson dos Reis (DESAP/SRH/MP), Ronaldo M. Brito (Câmara dos Deputados/DEPES/PAE), Angelina Mendes C. Mineiro (MS/SAMIP/Creche), Maria de Lourdes de S. Faria (MS/SAMP/Creche) e Romana Teixeira (MEC/COEDI/SEB). **1. Discussão e aprovação da 11ª ata:** O Coordenador inicia a reunião e pede a inversão da pauta em função dos convidados. É sugerido que se garanta vaga para todos os membros do CGASS nos eventos promovidos pelo SIASS, o que foi acatado por todos os presentes. Sérgio informa que o Projeto de Lei sobre os incentivos aos servidores do SIASS, a readaptação e os adicionais ocupacionais não foi encaminhado para o Congresso, pois o governo achou que o momento político não era adequado, adiando o envio para novembro. Informa que a proposta da readaptação não seguiu para o Congresso, pois foi retirada pelo próprio Ministério do Planejamento. Diz haver muita resistência com relação à readaptação. Informa que no terceiro ENASS terá uma mesa sobre readaptação para aprofundar a discussão. Elzira diz que a decisão do governo é encaminhar o Projeto de Lei em novembro. Sérgio informa que a discussão em pauta busca uma definição do modelo de pré-escolar que se quer e que a discussão está apenas iniciando. Em seguida os convidados se apresentam. Angelina e Maria de Lourdes como da equipe da creche do Ministério da Saúde. Ronaldo como coordenador do auxílio creche da Câmara dos Deputados e Romana da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Sônia diz que o objetivo é resgatar o valor do benefício e que atualmente tem sessenta e nove mil beneficiários do auxílio creche em nível nacional e vai buscar a uniformização do valor em noventa e cinco reais de acordo acertos junto a Secretaria de Orçamento Federal, além de eliminar a cota-parte do servidor. A palavra foi aberta aos participantes. Elzira diz que a discussão não é só do reajuste e sim conhecer a proposta do governo, pois no levantamento de custo para a creche, se chegou a um valor de mil e cem reais. Diz ser o momento propício a discussão, pois a candidata Dilma tem em seu programa a questão da creche. Questionou se deve ter creches nos ministérios. Foi informada que o Ministério da Saúde tem três creches no país. Diz que a discussão é ampla e que se deve fechar uma posição no sentido da criação de creches para servidores. Vilma concorda com Elzira e diz que se deve abrir a discussão no sentido de construir um caminho em consonância com os conceitos do Ministério da Educação e implementar uma política de pré-escolar voltada para a realidade. Diz que não se deve desvincular a questão do reajuste. Fátima diz que o atual Decreto veda a criação de novas creches nos órgãos ou entidades e que a nota técnica do MP propõe a padronização do valor em todas as Unidades da Federação e a retirada da cota-parte do servidor. Diz ser oportuno aprovar a padronização do valor do benefício nas UF(s), retirar a cota-parte do servidor e partir para uma discussão mais aprofundada da modalidade do auxílio pré-escolar por se

tratar de discussão complexa. O representante da Câmara dos Deputados informa que em seu órgão o benefício não tem valor fixo e que varia de acordo com o cadastro das escolas chegando a uma média ponderada em torno de seiscentos reais para uma idade de até sete anos, que existe mil e cem crianças cadastradas e que cinquenta por cento do total são dependentes de servidores efetivos da casa e o restante de cargos comissionados. Informa que no início do ano o benefício tem reajuste de acordo com o reajuste das escolas particulares. Diz ser oito por cento dos servidores que recebem o benefício e que a cota-parte é de meio por cento. Concebida fala de sua experiência dizendo que o Decreto, ao proibir a criação de novas creches, trouxe muito transtorno à vida dos servidores que ficaram sem opção, pois o valor que passou a ser pago para o pagamento da creche não correspondia à realidade e os pais tiveram que tirar seus filhos das creches, não tendo onde deixá-los. Na época, a única solução era levar a criança ao trabalho. Elzira diz que temos que ter claro dois momentos: o que aconteceu no passado e o que temos que fazer daqui para frente, no sentido de resolver de imediato o reajuste e na seqüência discutir a questão geral da creche definindo o que se quer oferecer ao servidor. Informa que a creche do Ministério da Saúde funciona com profissionais terceirizados e que só podem contratá-los porque não existe a função de pedagogo na estrutura do Ministério da Saúde. Disse que estão discutindo hoje o não fechamento da creche do Ministério da Saúde previsto para dezembro. Angelina informa que a creche atende todos os servidores, menos os terceirizados, que estão com uma fila de espera e que tem servidores que vão para o Ministério da Saúde por causa da creche. Diz que levar a criança ao trabalho é fazer a criança trabalhar. Tem oitenta e seis crianças matriculadas e vinte e seis na fila de espera, além das grávidas que aguardam vagas. Sérgio pergunta se deve ter creche para todos os servidores? - Os Ministérios devem ter creche?. Concebida diz que no passado o Ministério da Educação tinha uma equipe de pedagogos/nutricionistas que faziam o acompanhamento das creches onde estavam os filhos dos servidores. Márcia informa que antes o tempo na creche era integral e que os pais apenas levavam roupas, que a alimentação era custeada, inclusive o material escolar, até a alfabetização. Sérgio diz que temos que buscar um modelo e aprofundar a discussão. Fátima reafirma a necessidade de se aprovar a nota técnica para o reajuste imediato. Diz querer saber o que o MEC está pensando com relação à educação básica. Sônia diz que a creche é um direito constitucional e que tem que se buscar uma solução como política de Estado. Diz que a Lei define a educação infantil até os cinco anos e onze meses, questionando qual deve ser a idade para a educação infantil. Elzira pergunta se a nota técnica pode colocar o valor de cento e cinquenta e cinco reais, sugerindo a criação de um grupo de trabalho para discutir a questão. Romana pergunta se a aprovação do reajuste agora limita a luta maior pela creche. Sérgio informa que a SOF não discute a política apenas a rubrica que ela paga. Diz ser política do governo a recuperação do benefício e que o aumento não inviabiliza a proposta geral. Fátima diz não ter observado no teor da nota técnica os valores referentes ao impacto no orçamento da União para os três valores propostos para o benefício (R\$ 95,00, R\$ 125 e R\$ 155,00), apenas para o primeiro. No que foi informada, que eles constam no quadro demonstrativo explicitado no item 8 da NT, Vilma pede que estudem a defasagem do valor do benefício que ficou congelado doze anos e a partir deste cálculo se negocie com a SOF. Sugere trabalhar com a recuperação deste valor. Pede para incluir na tabela as autarquias e empresas públicas. Foi criado um grupo de trabalho integrado por Vilma (MPS), Fátima (MJ), Aline (MS), Concebida (MEC) e Sônia (MP) para discutir e definir o reajuste, agendando uma reunião para o dia onze de agosto, às quinze horas no bloco c, sala 793, do Ministério do Planejamento. Os convidados do MEC e da Câmara agradeceram o convite salientando a importância da discussão do auxílio creche. Em seguida, Elzira inicia a leitura da ata da reunião anterior, seguida por Fátima, que conclui a leitura. Feitas as correções foi aprovada a ata da 11ª reunião,

ficando para ser assinada na próxima reunião. Fátima elogia o sucesso do Fórum de Vigilância e Promoção ocorrido em Gramado/RS, sugerindo que nos próximos encontros se valorize mais os debates e que se coloquem os painéis das experiências em locais de concentração do público e não mais em salas isoladas. Sugere a discussão para uma próxima reunião do CGASS do horário de funcionamento das unidades do SIASS, em períodos de doze horas, com sistema de plantão e que se crie uma orientação normativa do MP neste sentido. Elzira reafirma a posição de Fátima dizendo que se deve buscar este entendimento junto a Secretaria Recursos Humanos, pois esta norma existe para serviço de atendimento de público, pedindo que se pautem para a próxima reunião esta discussão. Foi acertado que o Ministério da Justiça em conjunto com o Ministério da Saúde vai encaminhar esta demanda ao DESAP para provocar a discussão. Sérgio informa que nos próximos eventos as perguntas serão encaminhadas por escritos aos palestrantes. Por fim, a palavra foi concedida àqueles que dela quisessem fazer uso e, não existindo manifestações, o coordenador encerrou a reunião, que foi lavrada na presente Ata, lido este instrumento, assinam.

Brasília, 06 de agosto de 2010.

Sérgio Antonio Martins Carneiro – Coordenador/MP

Sônia Maria Silva Borges – Suplente/MP

Valéria Selva Bueno – Suplente/MF

Elzira Maria do Espírito Santo – Titular/MS

Fátima Rodrigues Guimarães - Titular/MJ

Fabiano Garcia Vanderlinde – Suplente/MJ

Danilo Piva – Suplente/MTE

Maria Concebida de Carvalho Santana – Suplente/MEC

Vilma Ramos – Titular MPS